



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Paloma Von Zak Balthazar Iannini Di Tommaso

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: super exploração da mulher trabalhadora

Rio de Janeiro

2016

Paloma Von Zak Balthazar Iannini Di Tommaso

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: SUPER EXPLORAÇÃO DA MULHER
TRABALHADORA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro, como pré-requisito para a
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Vanessa Bezerra de
Souza.

Rio de Janeiro

2016

Paloma Von Zak Balthazar Iannini Di Tommaso

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: super exploração da mulher trabalhadora

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Rio de Janeiro, _____, de _____ de 2016.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vanessa Bezerra de Souza (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Janaina Bilate Martins (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Renato dos Santos Veloso (membro externo)
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Dedicatória

*À minha família que sempre me apoiou,
independente das minhas escolhas.
Sempre investiram na minha educação.
E aos meus avós que sempre nos ajudaram.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Roberto e Heleonora, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando e apoiando as minhas escolhas. Estavam sempre dispostos a me ensinar, ouvir minhas angústias a me dar conselhos. Serei eternamente grata a vocês! Se hoje cheguei aqui, foi por causa de vocês.

Agradeço aos meus avós Anita, Chico e Giovanna, quem sempre deram suporte para eu estudar. Mesmo estes tendo falecido durante os meus estudos na universidade, sempre me incentivaram e me aconselharam enquanto estavam presentes. Agradeço também às minhas tias Helenair e Ig, por sempre me apoiarem, me aconselharem e por fazer parte dessa etapa da minha vida.

Agradeço aos meus amigos, Taiana e Victor, que estão presentes na minha vida desde a época do ensino médio. Especialmente a Taiana, com quem compartilhei vários momentos durante o período em que estudei na UNIRIO, especialmente nesse processo de produção do trabalho de conclusão de curso.

Sou eternamente grata aos docentes do curso de Serviço Social da UNIRIO. Foi por meio de seus ensinamentos que comecei a ter consciência crítica sobre a sociedade em que vivemos. Vocês foram muito importantes para a minha formação profissional. Muito obrigada!

Agradeço a Prof.^a e Dr.^a. Terezinha Martins por ter sido minha orientadora no primeiro momento do meu TCC, adquiri muito conhecimento durante esse período. E obrigada por ter me dado a oportunidade de fazer parte do seu projeto de pesquisa, o Negrem.

Agradeço ao Professor Dr. Alexandre Magno, foi durante suas aulas da disciplina Teorias Psicológicas que eu descobri o tema que mais me identifiquei, que é saúde do trabalhador. Além de ter aprendido bastante quando fui monitora da disciplina Teorias Psicológicas.

Agradeço a Prof.^a. Dr.^a. Vanessa Bezerra por me orientar nesse segundo momento e de finalização do TCC. Obrigada por me entender, por ser essa pessoa e professora excelente. Por aguentar meus momentos de angústias e desesperos. Obrigada pelas conversas sobre suas experiências de vida acadêmica. Você é muito querida!

Agradeço a Prof.^a. Dr.^a. Janaína Bilate, além de ser uma ótima professora, é uma pessoa maravilhosa. Fazer parte do seu projeto de pesquisa Cultura, Mídia e Direitos

Humanos foi um grande ensinamento para a minha formação profissional. Agradeço também pela excelente gestão como diretora do curso e por ter feito parte da construção da Escola de Serviço Social da UNIRIO, ter lutado para que os discentes tivessem uma melhor qualidade de ensino.

Agradeço as equipes de Serviço Social das instituições Hospital Municipal Souza Aguiar (HMSA) e do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), nas quais fiz estágio e contribuíram para a minha formação profissional.

Não posso deixar de agradecer a UNIRIO, pois foi nela que conheci pessoas incrivelmente especiais que levarei para sempre no meu coração. Nela conheci o meu namorado, Igor, que sempre escutou minhas angústias e se manteve ao meu lado. Obrigada por ser compreensivo e carinhoso comigo, principalmente nessa fase final do curso. Obrigada por ser meu amigo e companheiro.

Também conheci meninas maravilhosas. Priscila (Pri), com o passar do tempo demonstrou ser uma pessoa com um coração lindo, uma pessoa que me identifiquei, minha parceira. Dividimos nossos momentos mais difíceis durante o curso e também momentos de muita felicidade. Obrigada pelo seu apoio, seus conselhos. Rosângela (RoRo para os íntimos), é a nossa mãe da UNIRIO. Pessoa que gostei desde o primeiro dia de aula. Obrigada por dar conselhos para gente, por compartilhar suas experiências. Será a eterna RoRo, tenho um carinho muito grande. Iane, pessoa com uma voz doce e tranquila. Sempre disposta a ouvir e aconselhar. Muito obrigada pelas palavras de carinho quando precisei, obrigada por ser tão querida. Valéria, obrigada por sempre estar disposta a ajudar a gente, por não medir esforços para isso. Pessoa com o coração de mãe, sempre cabe mais um/a. Obrigada à todas, vocês foram muito importantes na minha trajetória até esse momento final do curso. Porém levarei todas no meu coração, nossa amizade não acaba na formatura, será para sempre.

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”*

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

Para discutir sobre como o capitalismo interfere na vida dos indivíduos, é necessário falar sobre o trabalho, o que é, como surgiu, como o trabalho influenciou na constituição do ser social e nas relações sociais entre esses seres. Falando ainda sobre o capitalismo, é necessário discutir sobre o Estado na sociedade capitalista. Marx e Gramsci tinham em comum o pensamento de que o Estado servia aos interesses da classe dominante, ou seja, servia a burguesia. Capitalismo está estritamente ligado à “questão social”, são indissociáveis. A burguesia diante da classe trabalhadora se organizando para buscar seus direitos, tenciona o Estado para que controle essa classe, sendo assim, cria-se as Políticas Sociais como forma de resposta às demandas das classes subalternas. Porém são políticas que não vão na raiz dos problemas sociais. O capitalismo tem como característica inerente o enfrentamento de crises cíclicas passou por muitas crises, e nos anos de em 1970, surge a Reestruturação Produtiva, como forma para sair de uma das suas crises. A classe trabalhadora sofre com a Reestruturação Produtiva, pois há um retrocesso quanto aos direitos trabalhistas. Não é possível falar de trabalho, classe trabalhadora e capitalismo, sem falar sobre as mulheres. Em 1970 começa a ter uma massiva entrada das mulheres no mundo do trabalho. Estas estavam presentes em vários movimentos e várias lutas, desde a luta pelo voto, e a luta por direitos trabalhistas. Com a Reestruturação Produtiva, surge também a profissão operador de telemarketing. Uma profissão que em sua maioria é composta por mulheres e que é a expressão de precariedade. Em se tratando de em gênero, é necessário falar sobre divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. Como é desigual a divisão sexual do trabalho tanto na esfera produtiva, quanto na reprodutiva. Ainda há muitas mulheres que mesmo tendo que trabalham fora de casa, são responsáveis pelos cuidados domésticos. E também há a desigualdade salarial, mulheres que possuem a mesma função do homem, não recebe o mesmo valor de remuneração, ou seja, geralmente o salário da mulher é inferior ao do homem. Importante salientar que o movimento feminista luta contra essa desigualdade e opressão de gênero, e a divisão sexual desigual do trabalho. E principalmente, luta contra o machismo e o patriarcado que coexistem na sociedade capitalista. Foi por meio das lutas feministas que as mulheres conquistaram seus direitos, não que sejam suficientes, as mulheres ainda têm muita luta pela frente. Ainda há muitas questões que devem ser desconstruídas e superadas.

Palavras-chave: trabalho, capitalismo, gênero, telemarketing, precarização.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.	14
1.1 Trabalho como ontologia	15
1.2 O trabalho em sua forma histórica	17
1.3 Discutindo Estado	19
1.4 Trabalho na Reestruturação Produtiva	23
2. “QUESTÃO SOCIAL” E A PRECARIZAÇÃO DO TELEMARKETING	26
2.1 “Questão Social”	27
2.2 Telemarketing, uma profissão precarizada	32
2.3 Call Center, expressão da precariedade	34
3. GÊNERO	38
3.1 Produção/ Reprodução Sociais e divisão sexual do trabalho	39
3.2 Gênero e patriarcado	43
3.3 As lutas das mulheres: um enfoque no feminismo	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo principal mostrar como o capitalismo interfere na vida do/a trabalhador/a. Como essa classe sofreu e ainda sofre nesse sistema. Foram conquistados muitos direitos por meio de muitas lutas, porém com o surgimento da Reestruturação Produtiva, houve um retrocesso quanto aos direitos trabalhistas. Além do capitalismo ter afetado negativamente a classe trabalhadora, afetou também a vida das mulheres. Estas sofrem com a opressão e desigualdade de gênero.

No primeiro capítulo será abordado a categoria trabalho e seu histórico. Esta categoria é ontológica ao ser social, foi por meio do trabalho que os seres humanos começaram a se relacionar, ou seja, as relações sociais se fundam no trabalho. Trabalho é tudo aquilo que o ser humano tira na natureza para transformar para satisfazer as suas necessidades. Diferente dos animais, os seres humanos, possuem a capacidade teleológica, é a capacidade de planejar, projetar, antes de realizar alguma ação. Então, o ser humano antes de fazer um instrumento, pensa qual será o melhor para satisfazer a sua necessidade. Assim, os seres humanos trocam conhecimentos e experiências, fazendo com que tenha uma relação social.

Porém com o surgimento do capitalismo, o sentido do trabalho se modifica, é visto de uma outra forma. O modo de produção capitalista visa obter lucro, então o trabalhador vende a sua força de trabalho para o empregador, enquanto que este extrai a mais-valia, ou seja, o trabalhador trabalha um número X de horas, porém seu salário não corresponde a esse X, sua remuneração é mais baixa que a quantidade de hora trabalhada. Mas essa é a lógica do sistema capitalista, obter lucro explorando a classe trabalhadora. O/a trabalhador/a acaba se alienando, não se reconhece mais diante de seu processo de trabalho, o levando até a adoecer.

O Estado na sociedade capitalista assume a função de amenizar pois este só aparece para amenizar as demandas das classes subalternas. Marx estudou sobre o Estado, e compactuou com a ideia de que este servia aos interesses da burguesia. O Estado entra em ação a partir do momento em que as classes subalternas começam a se organizar e reivindicar os seus direitos, a burguesia incomodada com esta situação, pressiona para que o Estado tenha um controle, sendo assim, ele cria as políticas sociais como forma de dar uma resposta para a classe trabalhadora.

Dentre as várias crises que aconteceram no capitalismo, uma destas foi enfrentada a partir da Reestruturação produtiva em 1970. Foi um modelo neoliberal, que continuava com a ideia de que o Estado não poderia intervir na economia, somente manter o controle da sociedade, e ser o opressor caso tivesse algum movimento das classes oprimidas. Mesmo a classe trabalhadora tendo conseguido direitos trabalhistas, além de ter conseguido direitos sociais, por meio de várias lutas, com a vinda do modelo neoliberal esses direitos são ameaçados ou perdidos.

Dando continuidade sobre o capitalismo, o segundo capítulo fala sobre a “questão social” e a precarização do telemarketing. Considerando a “questão social” com base em pensamentos de autores que seguem a tradição marxista, podemos definir “questão social” como uma expressão das consequências da relação capital e trabalho, ou seja, é a expressão da desigualdade social, luta de classes, da forma de como as riquezas produzidas são mal distribuídas na sociedade. E está presente no cotidiano dos indivíduos. A mais-valia, exploração do capital sobre o/a trabalhador/a na forma de trabalho não pago e pauperismo fazem parte da “questão social”. (SANTOS, 2012). Também será apresentado como o Estado respondeu às demandas das classes subalternas, que estavam ligadas diretamente à “questão social”.

As políticas sociais conquistadas anteriormente são negadas no neoliberalismo. A responsabilidade do Estado em garantir os direitos dos cidadãos passa a ser do terceiro setor, ou seja, começa a surgir uma onda de terceirização, o que era dever do Estado passa a ser dever da rede privada.

Nessa onda de terceirização surge o telemarketing. A princípio surgiu como forma de vender produto e depois passou a seu uso por empresas para fazer pesquisas, propagandas, etc. Porém é uma profissão precarizada. Além de exigir muito fisicamente do/a trabalhador/a, pois ficam horas sentados numa mesma posição, usando a voz e a audição, também adoecem mentalmente. Sofrem pressões de seus supervisores, pois a empresa tem que lucrar, e para isto o/a trabalhador/a tem que trabalhar mais para obter a meta exigida pela empresa. Esta profissão é um exemplo da lógica do capitalismo e do modelo neoliberal. Pois além do que foi falado anteriormente sofre as exigências da empresa sobre o/a trabalhador/a, é um profissão terceirizada. Uma empresa X contrata outra empresa Y que irá prestar serviço a empresa X.

Por esta profissão ser composta em sua grande parte por mulheres, foi necessário fazer um breve estudo sobre gênero na sociedade capitalista. E é sobre esse assunto que se trata o terceiro capítulo. Para falar de gênero é necessário entrar na discussão sobre a divisão sexual do trabalho que está ligado diretamente com a produção e reprodução da vida social e que também sofre influência do patriarcado, este que percorre a história da mulher na sociedade.

A divisão sexual do trabalho é desigual, pois enquanto os homens ficam responsáveis pelo trabalho produtivo, foi designado às mulheres o trabalho reprodutivo e muitas das vezes a própria mulher realiza os trabalhos produtivos e reprodutivos. Esta desigualdade faz parte do patriarcado, onde o homem é o provedor da família e a mulher é responsável pelos cuidados domésticos e da família. O patriarcado também interfere na educação de gênero, pois desde criança, as pessoas são educadas por exemplo, aprendendo que rosa é cor de menina e azul é cor de menino, meninas tem que brincar de bonecas, incentivando o cuidado e os meninos brincam de carrinho, ganham bonecos de super heróis, incentivando para terem o pensamento de que são mais fortes. Então cria-se essa ideia de que mulheres são o sexo frágil e os homens o sexo forte.

Então a partir da explicação dada anteriormente, pode-se entender o motivo pelo qual há muitas mulheres trabalhando nos Call Centers. Estas mulheres foram socializadas para saberem lidar com pessoas, pois foram incentivadas a saberem cuidar. Então para empresa é melhor ter trabalhadoras que saibam como lidar com pessoas que ligam para os Call Centers com alguma demanda. Além do fato do telemarketing ter uma carga horária de seis horas, o que facilita para mulheres que possuem filhos. Essa carga horária não foi criada para facilitar a vida das trabalhadoras, e sim tenham mais pessoas trabalhando para produzir e o capitalismo extrair a mais-valia.

As mulheres foram muito oprimidas e ainda são, porém foi por meio das lutas feministas que atualmente as mulheres possuem direitos. Na década de 1970, junto com a Reestruturação Produtiva, passa a ter uma massiva feminização no mundo do trabalho. E com isso muita organização da classe trabalhadora e também das mulheres que reivindicavam por seus direitos.

Visto que o capitalismo causa impactos nefastos na vida dos indivíduos e especificamente nas mulheres trabalhadoras, usando o setor de telemarketing como

um exemplo, e que o surgimento da Reestruturação Produtiva, foi um retrocesso nos direitos trabalhistas, acredita-se o quão importante é o debate sobre este assunto.

1. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Neste capítulo será discutido sobre a constituição do ser social, o que diferencia este do animal. Faremos um breve histórico sobre o trabalho, que faz parte da constituição do ser social, já que é por meio do trabalho que o ser humano se constitui como ser social, e também as relações sociais acontecem.

Será apresentado também o debate sobre o Estado na sociedade capitalista com base nos pensamentos de Marx e Gramsci. E também serão abordadas as políticas sociais, que devem ser garantidas pelo Estado. Falando em sociedade capitalista, não podemos deixar de falar sobre a Reestruturação Produtiva, que afetou diretamente a classe trabalhadora.

1.1 Trabalho como ontologia

O trabalho é ontológico na constituição do ser social, ou seja, é por meio do trabalho que o ser humano se torna um ser social, em que cria relações sociais, pois o trabalho é uma atividade coletiva. "De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade". (NETTO e BRAZ, 2010, p. 29). Faz-se necessário entender a categoria trabalho, para que se possa analisar as configurações do trabalho na Reestruturação Produtiva.

Trabalho é a transformação que o ser humano realiza na natureza para obter produtos para atender as suas necessidades. O ser humano é o único ser que possui a capacidade teleológica, capacidade de pensar antes realizar uma ação. O ser humano pensa nos instrumentos em que pode usar e nas consequências daquela ação. O que não acontece com os outros animais, por exemplo a abelha que constrói a colméia, essa ação já está pré escrita no seu DNA, é genético, ela não tem a capacidade teleológica. Por isso o trabalho é uma categoria pertencente somente ao ser humano. Segundo Marx:

[...] trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula, e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação de forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objetivo e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983: 149-150, 153 apud NETTO, 2010, p. 31)

Para transformar a natureza é necessário que o sujeito tenha conhecimento das propriedades desta. Sendo assim, tendo esses conhecimentos, ele pode universalizar, dividir com os outros sujeitos os seus conhecimentos. Essa comunicação se dá através da linguagem articulada. O trabalho é uma atividade social, mesmo quando ele é realizado por um indivíduo.

Assim as tarefas são distribuídas para cada grupo; todos realizam atividades e assim começa a surgir o ser social. O trabalho não só transforma a natureza, mas também transforma o ser humano. "A sociedade não pode existir sem a natureza - afinal, é a natureza, transformada pelo trabalho, que propicia as condições da manutenção da vida dos membros da sociedade." (NETTO e BRAZ, 2010, p. 35). É do trabalho que surgem as funções psicológicas superiores do ser humano, como a linguagem, emoções, a capacidade teleológica.

A natureza não cria os instrumentos que os seres humanos usam para realizar o trabalho, são os seres humanos que preparam esses instrumentos para o seu uso. Sendo assim, o ser humano irá fazer escolhas, através de seus conhecimentos sobre a finalidade proposta, que ele saberá qual instrumento é melhor para ele usar por exemplo, uma lança para ser usada na caça ou uma faca para cortar algum alimento. De acordo com Netto e Braz:

[...] O trabalho é uma atividade projetada teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. [...] O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim a realização do trabalho constitui na objetivação do sujeito que o efetua. (NETTO e BRAZ, 2010, p 32)

O trabalho possibilita que o ser humano faça escolhas, ao ter que escolher meios e fins, para a utilização de um certo instrumento. Feito isso, pensará no qual é o útil ou inútil, para aquela tal ação e pensará nas consequências da ação. Para transmitir esses conhecimentos o ser humano se comunicará através da linguagem articulada, como dito anteriormente.

Concordando com o que Netto e Braz dizem em relação a transformação do ser humano e da sociedade, “ foi através do trabalho que grupos primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do trabalho que a humanidade se constitui como tal”. (NETTO e BRAZ, 2010, p. 37)

O trabalho como ontologia é portador de possibilidades de enriquecimento do ser humano, coloca a possibilidade deste ser humano realizar toda a sua potencialidade. Mas enquanto história, o que o trabalho, sob a forma capitalista de realização, trabalho explorado e alienado, tem possibilitado ao ser humano é o contrário disto, isto é, tem provocado adoecimento neste início do século XXI.

1.2 O trabalho em sua forma histórica

Para analisar o processo pelo qual o trabalho, que enquanto ontológico, coloca ricas possibilidades para o gênero humano, se transforma em processo de produção do adoecimento e morte, vejamos a forma histórica que ele assume neste início de século XXI.

Como afirmado acima, o trabalho é fundante do ser social, porém na sociedade capitalista o trabalho adquire novas formas. De acordo com Antunes:

Mas se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, por outro, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado, alienado, feiticizado. O que era finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A “força de trabalho” (conceito chave em Marx) torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio, e não primeira necessidade da realização humana. (ANTUNES, 2013, p. 8)

No modo de produção capitalista o trabalho continua sendo ontológico ao ser social. Assim como as relações sociais das sociedades antigas em cada período histórico foram baseadas no trabalho, em que transformavam a natureza para produzir os bens socialmente necessários para sobreviverem. A lógica do capital é da valorização do valor, ou seja, expropriar o trabalho e dele extrair a mais valia, o capital não está preocupado em produzir para a subsistência, com a vida.

Esse processo de transformação da natureza e das relações sociais tornam-se processos alienados no modo de produção capitalista, produzem uma sociabilidade alienada, pois neste modo de produção o que se visa é sempre o lucro. Segundo Granemann:

Claro está que os processos de manipulação da natureza, em especial no modo de produção capitalista, não carregam a preocupação de preservar a vida já que a crescente conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e tornadas mercadejáveis propiciaram incessantes produção e consumo de mercadorias que têm ameaçado de destruição o planeta. Parâmetros tais convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada porque exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para o capitalista e, por essa razão, no modo capitalista de produção impôs-se aos homens forma particular de efetivação do trabalho. (GRANEMANN, 2009, p. 226)

No modo de produção capitalista as relações sociais assumem um caráter social e o trabalho passa a ser “obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como herança genética, a divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais”. (GRANEMANN, 2009, p.

227). Este contrato é acordado entre duas partes, uma é a que possui o capital, o capitalista que detém a propriedade privada dos meios de produção, o que se apropria da riqueza produzida (a mais-valia¹) e a outra parte é aquela que vende a sua força de trabalho, produz a mais valia e é explorado, o trabalhador. Então a força de trabalho torna-se mercadoria para o modo de produção capitalista, pois o capitalista compra e torna propriedade dele. De acordo com Marx:

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho com sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. (MARX, 1993, p. 228 apud GRANEMANN, 2009, p. 189)

A partir do momento em que há esse contrato entre capitalista e trabalhador, os bens necessários à vida humana começam a ser produzidos como mercadoria. O que é interessante para o capitalismo é a produção de valor novo do qual ele se apropria e para tanto é necessário explorar o trabalho.

Este processo de explorar o trabalho não é um processo conciente para todos, de forma que o/a trabalhador/a tem dificuldades em reconhecer a exploração à qual está submetido/a. O/a trabalhador/a trabalha para satisfazer suas carências (bens necessários para sobreviver), trabalha de forma alienada, de modo que não reconhece os frutos do trabalho produzidos por ele mesmo e considera “natural” que o patrão fique com esses frutos. Ele produz um produto e não pode adquirir este produto, pois este é propriedade do capitalista. De acordo com Antunes:

O trabalho, como atividade vital, se configura então como trabalho alienado, expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro. Alienado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção de vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano, como também nos mostrou Marx. (ANTUNES, 2013, p. 9)

A base do modo de produção capitalista é a exploração do trabalho e a extração da mais valia. Enquanto houver o sistema capitalista, haverá a desigualdade entre as classes e conseqüentemente a luta entre classes na sociedade continuará, pois os/as trabalhadores/as, mesmo submetidos/as a alienação, acabam por organizar-se e lutar por seus direitos, as vezes de forma mais exitosa e as vezes não.

¹ Mais-valia é a forma típica que o excedente econômico adquire no MPC (Modo de produção capitalista), excedente produzido pelo trabalhador e expropriado pelo patrão.

1.3 Discutindo Estado

Existem concepções diferentes sobre o surgimento do Estado. Serão citadas as teorias contratualista do “direito natural” ou jusnaturalismo, essas teorias são de Hobbes, Locke e Rousseau e foram pensadas no processo de transição para o capitalismo. Segundo Montaña e Duriguetto:

O termo jusnaturalismo refere-se ao desenvolvimento da ideia do direito natural entre o início do século XVII e o fim do século XVIII. Essas teorias moldam as doutrinas políticas de tendência individualistas e liberal, que afirmam a necessidade de o Estado respeitar e legitimar os direitos inatos dos indivíduos, o que reduz o exercício do poder estatal a uma função derivada dos direitos individuais. A ordem política é concebida com a finalidade de coibir qualquer violação desses direitos. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 22)

Os contratualistas acreditavam num pacto ou contrato social, no qual existiam normas a serem seguidas. Os indivíduos faziam esse contrato para que tivesse uma melhor conviência social, sendo assim renunciavam da sua liberdade individual e natural. Por meio desse contrato ou pacto se estabelecia o Estado. “[...] o homem passa a ser considerado como ser natural, racional e individualizado, que age movido por paixões e interesses. Essa é a grande contribuição dos contratualistas para a teoria política do Estado.” (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 23)

Marx não possui uma teoria completa sobre o Estado, porém ele usa várias determinações sobre o Estado. “Não temos assim um tratado marxista sobre o Estado, mas observações diversas das determinações que este vai assumindo”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 34). Definiu a sociedade civil, porém como uma sociedade burguesa. Para ele, esta era uma esfera da produção e reprodução da vida material, “a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos [...]. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase”. (MARX e ENGELS, p. 53, 1993 apud MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 35)

Para Marx, a sociedade civil é a base da construção do Estado, que expressa as suas contradições e que as mantém. “[...] o Estado é o produto, é consequência, é uma construção de que se vale uma dada sociedade para se organizar como tal”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 35). Ou seja, se a sociedade é burguesa, o Estado conservará as contradições dessa sociedade, ele se fundará nesta sociedade burguesa, conservando seus interesses. A sociedade civil que molda o Estado de

acordo com os seus interesses. De acordo com Montaño e Duriguetto:

Longe de ser um momento de universalização, o Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo o seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 36)

Sendo assim, o Estado que antes deveria representar o interesse de toda a sociedade, todas as classes, passa a representar somente os interesses da classe dominante.

Marx no Manifesto do Partido Comunista, afirma que “o Estado é o comitê executivo da burguesia”, pois este como já falado anteriormente, representa os interesses da classe burguesa. O Estado possui uma dependência econômica, social e política da burguesia. E para executar esses interesses, o Estado utiliza a coerção e opressão sobre as classes subalternas.

Para Marx e Engels, uma sociedade que não possui classes, significa a extinção do Estado. Ou seja, não existirá uma classe dominante que influenciará na função do Estado.

Gramsci estuda o Estado inserido na fase do capitalismo monopolista, no século XX, e como ponto central a socialização da política. Para ele a sociedade civil é um espaço em que existem grupo sociais que possuem valores, cultura e ideologias e que nesse espaço, há a organização das diferentes classes, cada uma com seus interesses que confrontam. Segundo Montaño e Duriguetto:

Gramsci visualiza uma complexificação das relações de poder e de organização de interesses, que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, a qual denomina de sociedade civil. Essa esfera designaria o espaço em que se manifesta a organização e a representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias. A sociedade civil em Gramsci é assim composta por uma rede de organizações (associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, atividades culturais, meios de comunicação, sistema educacional, parlamentos, igrejas etc.). É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses em que se confrontam projetos societários, na qual as classes em suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 43)

Gramsci acreditava que com a socialização da política, teria a ampliação do Estado, o Estado ampliado, assim, este teria novas funções, incluindo as lutas de classe. No tempo de Gramsci, o Estado tinha a função de preservar a coerção da sociedade política, incorpora também a sociedade civil, que tem como função o consenso, um espaço de disputa de da hegemonia. Assim, para Gramsci o Estado

ampliado seria a junção de uma sociedade política e de uma sociedade civil. De acordo com Coutinho:

Por isso, para Gramsci, a “sociedade civil” torna-se um momento do próprio Estado, de um Estado agora concebido de modo “ampliado”. Diferentemente do que ocorria no protocapitalismo, o Estado tornou-se – diz Gramsci – uma síntese contraditória e dinâmica entre a “sociedade política” (ou Estado strictu sensu, ou Estado-coerção ou simplesmente, governo) e a “sociedade civil”. Na medida em que essa sociedade civil corporifica e representa os múltiplos interesses em que se divide como um todo, o Estado capitalista “ampliado” – aquele que existe nas sociedades que Gramsci chamou de “ocidentais”, ou seja, onde ocorreu uma socialização da política – já não pode ser estável e se reproduzir mediante o simples recurso à coerção. Torna-se agora necessário obter também o consentimento, ainda que relativo, dos governados, o que se opera, sobretudo, precisamente no âmbito da “sociedade civil”, (COUTINHO, 2005, p. 20)

Assim como Marx e Engels, Gramsci concordava com o pensamento deles, no sentido de que o Estado atendia aos interesses da classe dominante, e efetivava esses interesses por meio da repressão. Para ele o Estado não era só o instrumento repressivo da burguesia, sendo assim, incluía a hegemonia da burguesia na superestrutura. Hegemonia para Gramsci não era somente a pura dominação, porém era a direção social baseada num consenso e aceitação das classes subalternas, para facilitar a dominação das classes dominantes sobre as classes subalternas.

O Estado tendo uma nova função, de direção social, incorpora a sociedade civil que é o espaço onde os diversos projetos de sociedade se confrontam, e o Estado faz a mediação entre as lutas de classes. Então, a sociedade civil é formada por “organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os diversos interesses dos atores (particularmente das classes) que a compõe”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011, p. 45)

Para Behring e Boschetti, não é possível dizer ao certo o surgimento das políticas sociais, por ser um processo social, surgiram por meio de movimentos, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção do Estado. Sua expansão se dá na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, na sua fase tardia, pós Segunda Guerra Mundial.

As políticas sociais surgem como resposta para as demandas da classe trabalhadora. De acordo com Behring e Boschetti:

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações da exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 51)

Lutava-se por uma jornada de trabalho reduzida, esta luta e as respostas das classes e do Estado, exemplificam as primeiras e múltiplas determinações das expressões da questão social. No pensamento liberal, o indivíduo era o responsável pelas suas conquistas, caso este alcançasse, seria mérito dele. Porém começa a se pensar que a desigualdade e a exploração fazem parte da questão social. E que deveria ser função do Estado resolver estes problemas sociais, e também garantir a igualdade de oportunidades, descartando a igualdade de condições.

O Estado possuía uma intervenção frágil na garantia de direitos sociais, pois no capitalismo liberal, o Estado não deveria intervir na regulação das relações de trabalho, e também não devia se preocupar com as necessidades sociais, que eram demandas das classes subalternas. Porém, o Estado para o liberalismo, devia garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil.

A resposta dada à questão social no final do século XIX foi repressiva, e só agregou algumas demandas da classe trabalhadora. As reivindicações desta classe, foram transformadas em leis, que na verdade não interferiram muito na vida dos trabalhadores, conseqüentemente não atingiam a raiz da questão social. Até mesmo as reformas sociais no pós-guerra não foram expressivas. Então, não conseguiu que tivesse uma ruptura no Estado liberal, que representava os interesses da classe dominante. De acordo com Behring e Boschetti:

Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou de outro modo, não houve ruptura radical entre Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista no século XX. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 63)

Behring e Boschetti vão dizer que aconteceram mudanças consideráveis na perspectiva do Estado, que mesmo tendo seus princípios liberais, passou a assumir um caráter mais social, investindo em políticas sociais. Consideram também que os Estados liberal e social possuem um ponto em comum, reconhecem a existência de direitos, porém sem deixar de considerar a lógica do capitalismo.

Na fase do capitalismo liberal, o Estado era considerado um atraso para o crescimento nacional. No entanto o capitalismo possui fases diferentes, passou por algumas crises, teve que criar maneiras para sair destas, mas sempre explorando a classe trabalhadora e mantendo o padrão de acumulação alto. A partir dos anos 1970, começa uma nova fase.

1.4 Trabalho na Reestruturação Produtiva

A Reestruturação Produtiva surge como um modelo neoliberal na década de 1970. Basicamente a ideologia era a que tivesse menos intervenção estatal na economia, e entregar para a rede privada as responsabilidades do Estado.

O modelo fordista/taylorista² entra em crise e surge o modelo do toyotismo³. Um modelo com a produção mais flexível, ao contrário do modelo fordista, que era baseado numa produção mais rígida. No toyotismo, essas ações eram mais flexíveis. De acordo com Antunes:

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. [...] O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. (ANTUNES, 2015, p. 34)

Nota-se que o modelo do toyotismo, veio para mudar o modo de produção, porém visando sempre o lucro e produtividade da empresa. Mesmo que pesquisadores da época tenham estudado a qualidade de trabalho dentro das fábricas, não eram estudos voltados para a qualidade de vida do trabalhador dentro das fábricas, mas como forma de aumentar a produtividade.

Assim como a produção tornou-se flexível com o surgimento do toyotismo, os direitos dos trabalhadores também se tornaram flexíveis. “O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado”. (ANTUNES, 2015, p. 47), então, reduzia o número de trabalhadores e estes tinham que fazer horas extras para poder atender as demandas do mercado. Antunes

² O modelo fordista tem como características a acumulação, produção em série, em massa e rígida. Na qual os operários possuem ações robotizadas, pois eram responsáveis apenas por uma ação dentro da fábrica e seu tempo de produção era controlado. Era utilizado a política salarial “compensatória”, onde um operário dependia do outro. (SOARES, 2011), além de incentivar a individualização, o trabalhador não se reconhecia como parte de um coletivo. O filme “tempos modernos” exemplifica claramente o modelo fordista.

³ A produção do modelo do toyotismo era feita de acordo com a demanda do mercado, ou seja, a produção era flexível, ao contrário do fordismo que tinha a produção em massa e conseqüentemente sobrava muita mercadoria. Então no toyotismo o estoque era mínimo. Aproveitava-se melhor o tempo de produção e tinham mais o controle de qualidade. Neste modelo, incentivava o trabalho em equipe. (ANTUNES, 2015)

cita o pensamento de Gounet sobre o toyotismo:

“O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos de 1970. Em vez do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha”. E conclui, não sem um toque de ironia: “Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultrassimples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas da satisfação do consumidor, do controle de qualidade”. (GOUNET, 1991, p. 43 apud ANTUNES, 2015, p. 48)

A Reestruturação surge junto com o toyotismo, que foi usado para que o capitalismo saísse de mais uma crise, esta que aconteceu durante o modelo fordista/taylorista.

As características centrais da Reestruturação Produtiva são a precarização do trabalho, salários baixos, os vínculos mutáveis, os vínculos sem direitos garantidos. O aumento do número das mulheres no mercado de trabalho também faz parte das características da Reestruturação Produtiva, a classe trabalhadora vai mudando a sua morfologia, aumenta o número de mulheres na classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista provoca necessariamente sofrimento para o/a trabalhador/a, mas na Reestruturação Produtiva esta situação se agrava, ganhando contornos preocupantes para o futuro dos/as trabalhadores/as. O trabalho é precarizado com as terceirizações, salários baixos, direitos trabalhistas são perdidos. Segundo Alves:

Durante todas as suas crises, o capitalismo responde de forma a garantir as taxas de consumo elevados e permitir a exploração trabalhista, privilegiando um padrão de acumulação elevado. Foi assim nas crises de 1817, 1914-18, 1929, 1945 e, finalmente em 1975. Embora, o contexto político e social possa em alguns momentos impor níveis mais reduzidos de acumulação capitalista, como ocorreu no período dos trinta anos gloriosos, a tendência é que esta acumulação apresente níveis muito elevados, como no contexto atual com o neoliberalismo e a globalização. (ALVES, 2005, p. 23)

Nessa nova fase do capitalismo a intervenção do Estado é vista de uma forma negativa (pelos neoliberais), pois “provoca crise fiscal, desestimula o capital a investir, contribui para a criação de monopólios estatais, defende interesses de grupos econômicos empresariais e desestimula o trabalhador a trabalhar”. (ALVES, 2005, p. 27). Para neoliberalismo tem que ter a competição entre os/as trabalhadores/as, para que assim estes/as não tenham preguiça de trabalhar. Assim a classe trabalhadora produz e o capitalismo lucra.

Nesta fase há um avanço na tecnologia. Nas sociedades pré-capitalistas o desenvolvimento tecnológico era pequeno, havia pouca mercadoria. Quando chega

no capitalismo há os avanços tecnológicos, chegam as máquinas, então já tinham condições técnicas, as forças produtivas se desenvolveram e acreditava-se que podia acabar com a miséria. Porém de acordo com a lei geral de acumulação capitalista, segundo Marx, quanto mais riqueza produzida, haverá mais pobreza. Então na lógica do capitalismo, o indivíduo é o culpado por sua pobreza, se este é pobre, é porque ele não consegue se adequar ao novo estágio do capitalismo. Segundo Alves:

Ou seja, uma luta desigual e violenta entre seres humanos disputando cotidianamente a sobrevivência a qualquer preço. Afinal, nada mais estimulante, segundo os neoliberais, que a competitividade entre homens e mulheres para o progresso mundial. [...] nos últimos dez anos, ao contrário do que se defendia, assiste-se a um retrocesso social enorme. Acentua-se cada vez mais a polarização entre ricos e pobres de um mesmo país e também entre as nações do mundo. (ALVES, 2005, p. 39)

Neste estágio do capitalismo há um maior investimento na tecnologia nas fábricas, trabalhadores/as são substituídos por máquinas, aumentando o índice de desemprego. Junto do crescimento do desemprego, acontece a redução da renda média do/a trabalhador/a. Além desses fatores, vem acontecendo a diminuição dos investimentos nas políticas sociais. Estão criando políticas focalizadas para atender a população mais pobre.

É necessário fazer um breve histórico sobre a “questão social”, que está ligada com as políticas sociais, para saber como o Estado lidou com mais essa demanda da classe trabalhadora.

2. “QUESTÃO SOCIAL” E A PRECARIZAÇÃO DO TELEMARKETING

A “questão social” é consequência do sistema capitalista, em que a sociedade está inserida. Por meio de lutas e manifestações por parte das classe pauperizadas, começou a se pensar na “questão social” e nos direitos sociais desses cidadãos.

Porém após a crise do capitalismo, surge o Neoliberalismo, consequentemente há perdas nos direitos sociais e sobretudo trabalhistas, pois a lógica neoliberal é que tenha uma menor participação do Estado. Esta lógica é a favor também da terceirização⁴. Entra nesta esfera, o telemarketing, que é uma profissão terceirizada, precarizada, na qual sua grande maioria é composta por mulheres. Esta profissão é atrativa para as mulheres, pois a carga horária de 6 horas por dia, é melhor para quem tem que se dedicar para a produção e reprodução da vida social, ou dito de outra forma, dupla jornada de trabalho. Então o capitalismo se aproveita desta situação e cria empregos precarizados, em que ele possa explorar e extrair a mais-valia de maneira mais intensa, no caso, das mulheres trabalhadoras.

⁴ Terceirização consiste em prestação de serviços de uma empresa para outra empresa, ou seja, uma empresa precisa de certos serviços que não existem nesta empresa, então contrata uma empresa que irá prestar esses serviços. Por exemplo, uma empresa de telefonia contrata uma empresa de telemarketing para que essa preste serviço para a empresa de telefonia. Isso diminui custos para a empresa de telefonia, pois não precisa contratar mais trabalhadores/as, somente contrata outra empresa para fazer o serviço que ela precisa. (NETTO E BRAZ, 2010)

2.1 “Questão Social”

O sistema capitalista constitui-se enquanto modo de reger a vida, caracterizado por divisão de classes, desigualdade social, pauperização, “questão social”, exploração e conseqüentemente o adoecimento da vida. Apesar de parecer um termo recente, o termo “questão social” surge em 1830 com reflexos da Revolução Industrial, quando o capitalismo era concorrencial.

Os pauperizados insatisfeitos com a má qualidade de vida, salários baixos, carga horária de trabalho extensa, começam a reivindicar os seus direitos, fazendo manifestações e greves. Os trabalhadores passam a ter consciência de classe para si⁵. Porém a “questão social” não era vista como um problema da relação capital e trabalho, em que o trabalhador vende a sua força de trabalho para o capital e este explora e extrai a mais valia. É vista como culpa do proletariado, ou seja, se esta classe é pobre a culpa é dos indivíduos que fazem parte dela, pois eles não se esforçam para ter uma vida melhor. Sendo assim, a “questão social” passa a ser tratada por ações filantrópicas burguesas, como forma de caridade.

No liberalismo o Estado é mínimo e os indivíduos são conduzidos pela mão invisível do mercado, pois ela regularia as relações econômicas e sociais e produziria o bem comum. A sociedade capitalista é baseada na meritocracia, isto é, cada indivíduo é responsável pelo seu status na sociedade, se ele possui uma vida melhor, é porque ele fez por onde para conseguir, então é mérito dele. Tira a responsabilidade do Estado de oferecer políticas aos indivíduos. Para Adam Smith o Estado era um mal necessário que iria garantir a liberdade do mercado. “[...] o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “benefícios aos homens”. (BEHRING, 2009 p.17)

Os movimentos reivindicatórios, greves e manifestações feitos pelos operários pressionaram a burguesia e fez com que ela reconhecesse os direitos de cidadania política e social. O capitalismo entrou em crise em 1929, é a conhecida grande depressão. Então surge Keynes⁶ com a sua perspectiva, para ele o Estado tem o

⁵ Classe em si é um reconhecimento segmentado. Classe para si é se reconhecer como classe trabalhadora, reconhecer que é explorado devido a um sistema (capitalista) e não por culpa do seu patrão. (MONTAÑO E DURIGUETO, 2011)

⁶John Maynard Keynes (1883-1946) economista britânico.

papel de criar medidas sociais e econômicas para gerar demandas efetivas⁷, ou seja, “disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, inclusive contraindo déficit público, tendo em vista controlar as flutuações da economia”. (BEHRING, 2009, p. 21)

Porém essa filantropia/assistência não durou muito tempo, o parlamento Inglês passa a especular que essa filantropia aumentaria a pobreza, pois os beneficiários ficariam acomodados com o recebimento dos benefícios. Então começam a reprimir essas ações, os pobres passam a ameaçar a ordem burguesa. Passa a existir a divisão pobre e trabalhador, em que o pobre seria o beneficiário da assistência, e era considerado o “acomodado”, e o trabalhador era o beneficiário dos serviços de saúde e Previdência Social.

Os pauperizados continuam sendo considerados como responsáveis pela sua pobreza. A “questão social” é considerada como se fora causada pela cultura, moral e comportamento deles e a criminalização da pobreza é enfrentada com repressão, ou seja, é uma visão totalmente conservadora da classe burguesa. O Estado nesse momento passa a servir ao capital e Marx passa a denominar de comitê executivo da burguesia.

Quando o capitalismo passa de concorrencial para monopolista, no final do século XIX, além da produção fordista se expandir e começar a introduzir as máquinas nas fábricas, acontecem também mudanças na estrutura social. No capitalismo de monopólios surgem mais contradições, e as que apareceram no capitalismo concorrencial são potencializadas, ficam mais evidentes. Entre estas atente-se para o aumento significativo do adoecimento dos trabalhadores. Este adoecimento não se limita só no ambiente de trabalho, o trabalhador acaba levando este adoecimento para a sua vida cotidiana.

A “questão social” passa a ser vista como um problema causado pela insuficiência do desenvolvimento social e econômico. Sendo assim as expressões da “questão social” são vistas a partir da perspectiva Keynesiana “como um problema de

⁷Segundo Keynes, é aquela que reúne bens e serviços para quais há capacidade de pagamento. Quando há insuficiência da demanda efetiva, isso significa que não existem meios de pagamento suficientes em circulação, o que pode levar à crise. Nesse sentido, o Estado deve intervir, evitando tal insuficiência. Na economia de mercado, a demanda efetiva é o que importa, embora seja inferior à demanda decorrente das necessidades do conjunto da população (SANDRONI, 1992 apud MOTA, 2006, p. 20)

distribuição do mercado, como um descompasso na relação oferta/demanda de bens e serviços”. (MONTAÑO, 2012, p. 275)

Diante deste quadro a função do Estado também se modifica. Segundo Netto:

Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalista coletivo, atuara como ocioso guardião das condições externas da produção capitalista. Ultrapassa a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com suas funções econômicas. (NETTO, 2011, p. 24)

Para o capitalismo monopolista o Estado tem o papel de assegurar seus interesses econômicos, ou seja, dá condições para a acumulação a valorização do capital. E também “a preservação e o controle contínuos da força de trabalho ocupada excedente, é uma função estatal de primeira ordem”. (NETTO, 2011, p. 26)

Mesmo o Estado utilizado no interesse da burguesia ele ainda possuía uma relativa autonomia. Ao mesmo tempo em que reprimia os trabalhadores, também regulamentava a relação de produção via legislação fabril.

Devido as suas contradições, o capitalismo cria condições para o Estado se legitimar politicamente, responder as demandas das classes subalternas, mesmo que essa resposta favoreça direta ou indiretamente a maximização dos lucros. Sendo assim, a “questão social” se torna objeto de intervenção estatal. Netto:

É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de políticas sociais. (NETTO, 2011, p. 29)

É nas políticas sociais que o Estado procura administrar as expressões da “questão social”. As políticas sociais surgiram para amenizar a luta de classes, pois ao mesmo tempo em que traz certo benefício para a classe trabalhadora, com sistema de seguridade social, políticas educacionais, políticas setoriais, também preservam e controlam a força de trabalho, beneficiando a classe burguesa, que detém o modo de produção capitalista. Esses “benefícios” asseguram o desenvolvimento no capitalismo. Então o Estado passa a ser o mediador do conflito entre as classes, e começa a ter a imagem de Estado social.

O Neoliberalismo nega as políticas sociais, e as demandas do capital fazem com que o Estado passe a diminuir os investimentos nos gastos sociais. No pensamento

neoliberal os pauperizados voltam a ser responsáveis pela sua pobreza. E as intervenções sociais voltam para as ações filantrópicas. Surge então o debate sobre terceiro setor, filantropia empresarial. O Estado não é mais o responsável pelo direito do cidadão, seus direitos são responsabilidade da filantropia, solidariedade, autoajuda.

Pensa-se na pobreza como problema de distribuição. É a partir da crise, depois de 1973, que se pensa na pobreza vinculada a um déficit de oferta de bens de serviços. Carlos Montaña explica:

O problema estaria no déficit da oferta no mercado, requerendo assim de um processo de desenvolvimento econômico prévio. Para isso, o Estado deveria canalizar toda sua capacidade de arrecadação (superávit primário) para tal propósito. Em lugar de estimular o consumo (com ações redistributivas), o Estado deve estimular o capital a investir, garantindo e preservando o lucro frente às flutuações do mercado, particularmente em contexto de crise. Enquanto isso, a ação social ficará focalizada e precária no âmbito estatal, e de fundamental responsabilidade da ação voluntária e solidária de indivíduos e organizações da sociedade civil. (MONTAÑO, 2012, p. 277)

A estratégia neoliberal é baseada na tripla ação, a ação estatal e as políticas sociais do Estado eram para a população mais pobre, ações focalizadas, precárias, podendo ser até clientelismo. A ação mercantil, que seria desenvolvida pela empresa capitalista e que serviria a população consumidora. E o terceiro setor seria para a população que não se encaixasse na população mais pobre e consumidora, e era uma ação filantrópica.

Na relação capital e trabalho sempre existirá a produção da mais-valia, exploração, pois o capital se apropria da força de trabalho do trabalhador, afetando sua saúde física e mental. Quanto mais o trabalhador produz, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, maior será a desigualdade social e a pauperização. As medidas tomadas pelo capital para o enfrentamento da pobreza, nada mais são que paliativas. Não existe uma “nova pobreza”, existe sim novas demandas das classes subalternas. E para superar essa desigualdade, tem que superar a ordem capitalista. As políticas sociais amenizam a desigualdade, porém não a eliminam.

O trabalhador tem que ter consciência de classe para si, assim se conscientizará que é explorado pelo capital. O indivíduo se aliena, e se transforma em mercadoria, pois tem que vender a sua força de trabalho para detentor do modo de produção capitalista. Segundo Lessa:

Em outras palavras todo ato de trabalho nas sociedades dominadas pelo capital é mediado pela contradição entre classes burguesa e proletária. Pois, agora, há dois momentos distintos do trabalho que são exercidos por indivíduos diferentes, e que pertencem a distintas classes sociais: ao

trabalhar, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumento para execução das necessidades de outrem. Ele entra no processo produtivo enquanto coisa, enquanto mera energia mecânica a se gasta no processo produtivo: enquanto mera força de trabalho. Suas necessidades humanas são completamente desconsideradas. É assim que o trabalho se converte em trabalhador assalariado/ alienado pelo capital. (LESSA, 2006, p. 11)

A classe trabalhadora e os pauperizados são os prejudicados nesse processo, por isso que tem que se mobilizar e lutar contra a exploração, jornada de trabalho extensa. Lutar por aumento salarial, direitos trabalhistas, políticas públicas para que todos tenham acesso, distribuição igualitária das riquezas produzidas. Pois foi através de muitas lutas que se construíram alguns direitos.

O telemarketing é um exemplo de um dos empregos que sofrem com a Reestruturação Produtiva, com as consequências da “questão social”. E como é uma profissão considerada feminina, sua grande maioria é composta por mulheres.

2.2 Telemarketing, uma profissão precarizada

A produção teórica acerca da profissão operador de telemarketing é escassa. Ainda é mais escassa a literatura que aborde a especificidade das mulheres no telemarketing. Faz-se necessário atentar sobre o fato de que são mulheres jovens em período altamente reprodutivo. O adoecimento dessas mulheres não só incide na sua própria saúde, mas sobre saúde das suas gerações futuras.

As exigências do capital na Reestruturação Produtiva, onde cresce enormemente setores de serviços e diminui o setor da produção, faz com que o setor de telemarketing se expanda. Uma característica do universo do trabalho na Reestruturação Produtiva é a terceirização. No setor de telemarketing ocorre a terceirização, onde uma empresa contrata mão de obra para prestar serviço a uma segunda empresa, o que na atual conjuntura é muito frequente. Na análise do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) os setores de telecomunicações (operadoras de telefone celular e TVs a cabo) e financeiros são os grandes responsáveis pela precarização no telemarketing.

Em 2007 foi aprovado o Anexo II da NR 17⁸. Segundo o Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing) foi uma grande vitória, pois foram criadas normas que regulamentam o ambiente de trabalho que acabariam com algumas regras impostas pelas empresas que contratam esse serviço. No entanto, mesmo a NR sendo aprovada a precarização do trabalho ainda ocorre nos Call Centers. As empresas continuam ditando as suas regras para conseguir bater suas metas, expondo os trabalhadores a níveis elevados de estresse, causando agravos em sua saúde física e psíquica. De acordo com Nogueira:

A mercantilização da informação se dá através da informatização, do alto desenvolvimento tecnológico, facilita de certa forma o controle do capital sobre o trabalho. A falta da exigência de experiência anterior, uma das características da força de trabalho no segmento do telemarketing, incide diretamente sobre a autonomia da trabalhadora que se vê obrigada a seguir com os procedimentos e o acentuado ritmo de trabalho imposto pela empresa na qual atua. O que acaba por viabilizar um aumento da produtividade por meio da supremacia da máquina, trabalho morto, sobre a trabalhadora, trabalho vivo, resultando entre outras coisas em uma maior extração de mais-valia pelo capitalista. (NOGUEIRA, 2011, p. 39)

⁸ Anexo II NR 17 é uma Norma Regulamentadora da profissão, aprovada em 2007, que regulamenta o ambiente de trabalho com o objetivo de acabar com algumas regras impostas pela empresa ao trabalhador/a em telemarketing.

Uma das exigências de gestão sobre os trabalhadores caracteriza-se pela pressão dos supervisores sobre os trabalhadores, que deixam de fazer suas necessidades fisiológicas, pois ao saírem do seu posto de trabalho, podem sofrer punições. Muitos trabalhadores não bebem água para não ter que ir ao banheiro, acarretando problemas de saúde como infecção urinária, incontinência, cistite e problemas nas cordas vocais, pois um de seus instrumentos de trabalho é a fala. Há relatos de mulheres que passaram a utilizar fralda geriátrica e de grávidas que ganharam apelidos por irem muito ao banheiro.

As Normas de Regulamentações são um instrumento de luta importante para os trabalhadores e foi uma conquista realizada pelo movimento. No entanto, se trata de uma Norma Judicial e a justiça é a justiça burguesa, então ela vai legislar a favor do capital, pois tem o interesse de manter o capital como forma de dominação. Por mais que exista a NR 17, as empresas continuam ditando as suas próprias regras, sempre visando os interesses da empresa e não a saúde do trabalhador.

As mulheres através de muita luta conseguiram se inserir no mercado de trabalho. Porém ainda há resquícios do machismo construído historicamente, da sociedade patriarcal, onde as mulheres são criadas para terem funções femininas, cuidar da casa e dos filhos. Para o capital a mulher é mão de obra barata, seguem a lógica de que a mulher é que cuida da casa, então não tem tempo de aumentar seu nível de escolaridade, criam-se vagas de emprego mal remunerados, precarizados, com o intuito de agregar mais mulheres e produzir a mais-valia. É o caso da profissão operador de telemarketing, por ter um horário de seis horas diárias, acaba sendo um atrativo, porém é um trabalho precarizado. A inserção das mulheres no mundo do trabalho fez com que a classe trabalhadora aumentasse, ou seja, a classe trabalhadora que era composta massivamente por homens passa a ter um número bem maior de mulheres.

2.3 Call Center, expressão da precariedade

Este trabalho toma o Call Center como campo de análise, porque nessa forma de organizar o trabalho, de acordo com literatura, se concentra um grande número de mulheres.

O telemarketing é um dos setores que mais empregam no Brasil. O uso do telefone diminui significativamente o custo do trabalho para o capital. O aumento desse uso se intensificou a partir da privatização das empresas de telecomunicações em 1998. Resultados de pesquisas mostram que este setor é uma das principais portas de entrada de jovens trabalhadoras (mulheres) no mercado de trabalho.

O Call Center, central de atendimento que é responsável por fazer a mediação entre empresa e cliente, presta serviço como suporte técnico ou qualquer outra atividade especializada para atender as necessidades dos clientes, é um dos espaços de trabalho na Reestruturação Produtiva em que o trabalho é mais explorado e onde provoca muito mais adoecimento. Os problemas de saúde em que estão submetidos os/as operadores/as de telemarketing são de tal monta que provoca os seguintes adoecimentos: perda auditiva, pressão alta, distúrbios osteomusculares, infecções urinárias e gastrointestinais, problemas de coluna, estresse, depressão, ansiedade e síndromes do pânico. De acordo com Buscatto:

Taylorização, estresse e trabalho penoso, precarização, baixa remuneração e flexibilidade de mão-de-obra são palavras-chave atreladas a essas organizações. As centrais de atendimento seriam fábricas modernas e os trabalhadores, os novos operários do setor terciário. (BUSCATTO, 2002, p.100 apud VENCO, 2006, p. 9)

Vale ressaltar que em sua grande maioria de pessoas, trabalha nos Call Centers mulheres jovens entre 18 a 30 anos. Faz-se necessário falar sobre a história do Call Center, para que assim tenha um maior entendimento sobre essa profissão.

O telemarketing surge de fato em 1970, quando foi feita a primeira campanha de marketing da Ford Motor Company. A empresa contratou e treinou milhares de mulheres donas de casa para fazerem ligações de suas próprias casas para vender automóveis. Em 1975, milhões de norte-americanos recebiam ligações telefônicas com a abordagem de perguntas, ofertas e vendas. Era uma atividade que gerava bastante lucro. É em 1980 que surge o termo telemarketing.

Em meados dos anos 1980, o telemarketing começou a crescer no Brasil, devido a vinda das corporações norte-americanas. Depois as pequenas empresas passaram

a utilizar esse serviço para aumentar as suas vendas. O telemarketing deixou de ser usado só para vendas, vários institutos de pesquisas usam este serviço para realizar pesquisas através do telefone. Nos anos 2000 começaram serem usados computadores, fax, internet junto com o telefone, passando-se a se usar vários meios de comunicação, criando-se assim os Call Centers ou centrais de atendimento.

O/A operador/a de telemarketing realiza várias atividades, dentre estas são oferecer serviços e produtos, prestar serviços técnicos especializados, fazer pesquisas, realizar serviço de cobrança, cadastramento de clientes. As exigências para trabalhar no Call Center são ter excelente dicção, clareza de explicações, rapidez no atendimento, cordialidade, ênfase na voz, muita paciência e ter boa vontade. Muitas dessas características (rapidez no atendimento, cordialidade, ênfase na voz, muita paciência e ter boa vontade) são características que a educação de gênero constrói nas mulheres. Desta forma o Capital não precisa realizar formação com as mulheres para que elas adquiram as habilidades exigidas.

O computador é utilizado simultaneamente com o telefone, que é o principal instrumento do trabalho. O profissional sempre tem que seguir os roteiros e scripts feitos pela empresa. Segundo Venco:

O software, desenvolvido para as centrais de atendimento, intensifica a monitoração dos trabalhadores e visa limitar sua autonomia. Contém scripts orientadores das falas dos operadores – de modo que todo contato com os clientes seja norteado por sua leitura – que ficam expostos nas telas e indicam como recepcionar o cliente e informá-lo sobre o produto a ser vendido ou os serviços a serem prestados. A ideia é imprimir mais objetividade às falas, reduzindo-se o tempo de atendimento. Além disso, assegura, a “fidelidade” dos operadores aos valores empresariais. (VENCO, 2006, p. 10)

Isso faz com que o/a operador/a esteja sempre trabalhando sob pressão. Além de seguir esses roteiros planejados, ter conhecimento para ter as respostas e encaminhamentos do usuário, o/a operador/a tem que estar preocupado/a em bater as metas da empresa. De acordo com Venco:

O sistema do supervisor indica a situação de cada integrante de sua equipe, dando informações sobre pausas e ligações em curso. Esse acompanhamento é facilitado pela introjeção individual do controle, decorrente das diversas formas de pressão exercidas sobre os operadores: a contínua emissão de relatórios de produtividade, as metas diárias e mensais como determinantes do salário ou de promoção na carreira e, sobretudo, o medo de perder o vínculo formal de trabalho, frequentemente mencionado pela supervisão, tendo em vista os altos índices de desemprego, em particular entre jovens, faixa etária predominante no setor. [...] O medo da perda do emprego induz a condutas de dominação ou submissão (GRENIER-PEZÉ, 2001). Instaura-se no ambiente de trabalho um clima de permanente competição, tanto individual quanto coletivamente, suportável apenas pela perspectiva de manutenção do emprego (ALONZO, 1998). (VENCO, 2006, p.10)

O/A operador/a está sempre trabalhando sob pressão, isto lhe causa exaustão física e mental. E a exigência de metas que o capital tem como forma importante de acelerar o processo de trabalho, gera competitividade entre os/as operadores/operadoras de telemarketing, devido ao medo de se perder o seu emprego. Venco exemplifica esse trabalho sob pressão usando uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo do dia 14 de março de 2004:

Um jornal paulistano de grande circulação, por exemplo, descreve uma situação em que o supervisor usava um martelo de plástico para bater na cabeça dos operadores, pedindo mais vendas. A operadora que descreveu essa situação perdeu 14 quilos em seis meses e passou a sofrer de uma depressão que, segundo ela agravou-se após seguidos atos dessa natureza. (VENCO, 2006, p. 12)

Devido a essa exposição a pressão no trabalho, muitos/as trabalhadores/as são afastados/as do Call Center, por motivo de depressão e/ou outros problemas mentais.

Em sua grande maioria são mulheres que trabalham no Call Center, pois é devido também a divisão sexual do trabalho, em que na sociedade patriarcal há profissões femininas e profissões masculinas. De acordo com Cisne:

A existência de atividades, profissões e até mesmo habilidades consideradas femininas ou masculinas não resultam de um processo espontâneo, tampouco natural. Ao contrário, resultam da construção concreta de relações sociais que, por sua vez, são determinadas pelos interesses dominantes do sistema social vigente, no caso, o patriarcal capitalista. Uma das fortes expressões desse sistema que determina as desigualdades nas relações sociais entre sexos é a divisão sexual do trabalho. (CISNE, 2015, p.141)

Além disso, o horário da jornada de trabalho é atrativo, o horário de seis horas diárias é adequado para mulheres que estudam ou possuem família e são responsáveis pelo sustento da família. O capitalismo se aproveita dessas situações e cria atividades atrativas. Saffioti explica com o seu pensamento:

O Capitalismo, segundo Saffioti, pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que ele ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. Para a autora, neste modo de produção, as características naturais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes. Neste sentido, não reconhece este feminismo pequeno-burguês, de onde advém as teorias que atrelam a emancipação feminina ao desenvolvimento econômico, o caminho para a superação da desigualdade de sexo. (SAFFIOTI, 2013, p. 21)

E Nogueira:

Muitas profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida,

pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização, como vimos também no segmento telemarketing. Em resumo a divisão sexual do trabalho, realmente, não contempla nenhuma neutralidade. (NOGUEIRA, 2007, p. 10)

O trabalho feito pelas operadoras de telemarketing é considerado um trabalho repetitivo, pois fazem uma jornada de seis horas, sentadas de frente para o computador, recebendo ligações, seguindo os scripts feitos pelas empresas, e além disso tendo que ficar preocupadas com o tempo em que ficam falando com um cliente e o tempo em que tem outros clientes na fila de espera. É um trabalho precarizado e exaustivo, tanto fisicamente quanto mentalmente. E possui remuneração muito baixa, reafirmando a divisão sexual do trabalho e opressão de gênero. A divisão sexual do trabalho é um fenômeno histórico e social, favorece os homens e é desfavorável à mulher.

3. GÊNERO

Este capítulo inicia com uma frase de Engels: “A primeira divisão do trabalho é aquela entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. (ENGELS, 1975 apud BEZERRA, 2015, p. 34) A partir desta frase pode-se fazer uma análise da sociedade capitalista, que é patriarcal, machista e conservadora.

Vivemos numa sociedade em que mulheres são educadas para serem do lar, saber cuidar da casa, dos filhos, da família. E o homem é educado para ser o provedor da casa. Quando crianças, meninas ganham bonecas, casinha, jogos de panela, confirmando a afirmação anterior, e os meninos ganham carros, aviões, bola.

A divisão sexual do trabalho e a opressão sobre as mulheres é algo que existe na sociedade há anos. Essa desigualdade de gênero é favorável para o capitalismo que se aproveita disto para se manter. Pois assim, pode explorar a mulher tanto nas esferas produtiva e reprodutiva.

É importante destacar que por meio de muitas lutas femininas, mulheres conseguiram ter direitos, o que antigamente não existiam, como por exemplo direito ao voto, que foi conquistado com muito luta. Atualmente (2016) ainda há muita luta pela frente, e é importante que as mulheres se reconheçam como classe. Reconheçam que são mulheres e precisam lutar contra a desigualdade de gênero, opressão dos homens sob as mulheres, contra o patriarcalismo.

3.1 Produção/ Reprodução Sociais e divisão sexual do trabalho

Como dito anteriormente (capítulo I), é por meio do trabalho que acontecem as relações sociais. Porém não é somente o trabalho que transforma a natureza, o trabalho também transforma o ser humano. Gama acrescenta:

No seio de toda a formação social coexistem um produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma à outra. Compreendidas dessa forma, produção e a reprodução são indissociáveis. (GAMA, 2014, p. 31)

O modo de produção capitalista interfere na produção material, e também nas condições de produção dos seres humanos. Ou seja, este modo de produção traz consigo uma nova concepção de trabalho e de reprodução social, o trabalho se torna uma atividade assalariada, em que o capitalista contrata a mão de obra do trabalhador. Além da força de trabalho virar uma mercadoria, os bens necessários para a sua sobrevivência também tornam-se mercadoria.

O capitalismo se aproveita da entrada das mulheres no mercado de trabalho e fortalece a divisão desigual do trabalho, tanto na produção quanto na reprodução, ou seja, o modo de produção capitalista explora a mulher tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, nesta segunda sendo um trabalho em muitas das vezes não remunerado e desvalorizado. Para o capitalismo a “existência” ou seja, a manutenção da vida, é importante para que esse sistema se mantenha. De acordo com Gama:

A mercantilização da vida social nas relações sociais capitalistas atinge essas dimensões de maneira diferenciada; no âmbito da produção, a extração de mais valor, e no âmbito da reprodução social, a produção indireta de mais valor pela não mercantilização (pelo menos inicialmente) do trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres no interior das famílias. [...] O preço de mercado da força de trabalho, portanto, é constituído pela parte paga da extração da mais-valia e pela parte não paga produzida pelo trabalho não remunerado das mulheres e pela provisão de bem-estar pública. (GAMA, 2014, p. 33)

Cisne também afirma que:

A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista [...] Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina esfera produtiva, na qual, via de regra, recebem baixos salários e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação. (CISNE, 2014, p. 85)

A divisão sexual do trabalho é histórica, não é algo que aconteceu atualmente (século XXI) e fortalece a hierarquia entre homens e mulheres. Acompanha a sociedade desde os séculos anteriores da Era Cristã. As mulheres eram responsáveis pela manutenção da subsistência, ou seja, mesmo que elas trabalhassem ou não, eram responsáveis pela reprodução social, do cuidado da casa, marido e filhos. (MAZZEI, 2011)

Por mais que pareça um assunto antigo, a divisão sexual do trabalho perdura até os dias atuais (2016). Essa divisão gera funções diferenciadas entre os indivíduos na sociedade, em que passa a existir as funções femininas e masculinas, no caso mulheres tem a função de cuidar da casa e da família enquanto o homem é o responsável pelo sustento da família. E mesmo que a mulher trabalhe fora de casa, ela ainda tem que se dedicar ao lar, isentando o homem desta função. Ou seja, a mulher tem o trabalho remunerado e o não remunerado, que é se dedicar também aos cuidados da casa. De acordo com Mazzei:

A desigualdade na divisão sexual do trabalho nas esferas produtiva e reprodutiva, portanto, é central para as relações de poder, principalmente o poder exercido pelos homens sobre as mulheres, presente na estrutura patriarcal. (MAZZEI, 2011, p. 25)

Na Idade Média o trabalho feminino era dividido em categorias. As mulheres solteiras eram responsáveis por lavar e tecer, enquanto que as mulheres mães cuidavam das crianças e as mulheres de meia idade ficavam responsáveis pelos adolescentes e pela cozinha, entre outras atividades reprodutivas. Lembrando que as esposas dos camponeses e servos trabalhavam com seus maridos na agricultura e ainda tinham que cuidar dos afazeres domésticos.

Na Idade Moderna as mulheres casadas e solteiras vendiam produtos nos mercados, eram ambulantes e ganhavam dinheiro também como amas e lavadeiras. Na indústria trabalhavam no ramo da seda, das ferragens, da olaria e dos objetos de metal. Caso o trabalho interferisse nos cuidados dos filhos, dependendo da situação econômica da família, as mulheres mães não desistiam do emprego, deixavam seus filhos com as amas de leite ou para pessoas que pudessem cuidar deles por ela. A Idade Moderna aconteceu entre os séculos XV e XVIII, no final desta época a população do campo começa a migrar para as cidades, acentuou a partir da consolidação da burguesia e do início da Revolução Industrial, o resultado disto é o surgimento do proletariado feminino. Porém as mulheres ainda enfrentaram muito o preconceito quanto ao seu ingresso nas fábricas, muitas eram recusadas e acabavam

desistindo, voltando para se dedicar somente para os afazeres domésticos ou trabalhando como domésticas em casas da classe burguesa. Mazzei acrescenta:

Portanto, como o desenvolvimento industrial, ocorreu uma ênfase na transferência da produção da mulher no espaço do lar para a fábrica. Porém, não houve quase nenhuma possibilidade de combinação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, já que as mulheres só poderiam se inserir no mundo do trabalho durante curtos períodos de suas vidas, pois depois de se casarem ou terem filhos deveriam abandonar os seus empregos e, somente voltariam a ele, caso seus maridos não tivessem capacidade de sustentar a família. (NOGUEIRA, 2004 apud MAZZEI, 2011, p. 22)

As mulheres foram oprimidas e ainda sofrem essa opressão. Nota-se a desigualdade entre os sexos, a subordinação da mulher foi naturalizada. “As relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, pela subordinação.” (MAZZEI, 2011, p. 23).

O número de mulheres sendo chefe de família, aquelas mulheres em que são responsáveis pela manutenção econômica da casa, vem crescendo. Porém mesmo que tenha esse crescimento na família contemporânea, ainda há a hierarquia nas casas, as mulheres mesmo sendo as provedoras ainda possuem o papel dos cuidados domésticos. Segundo Mazzei:

É fato que, a partir de meados dos anos de 1970, ocorre uma ampliação do processo de feminização no mundo do trabalho, concernindo ao trabalho feminino, em relação a sua importância familiar, não mais como um complemento econômico, mas, como um valor imprescindível para o equilíbrio doméstico. Não podemos, dessa forma, desconsiderar as imprescindíveis mudanças estruturais e culturais que estamos presenciando em nossa sociedade no que tange ao modelo dual que designa ao homem o papel de principal provedor da família e à mulher as responsabilidades reprodutivas. (MAZZEI, 2011, p. 28)

Bezerra e Veloso utilizam a contribuição de Engels para falar sobre a divisão sexual do trabalho. E para Engels a família é um tipo de instituição que reafirma a desigualdade entre homens e mulheres, que para ele é um segundo tipo de produção, que seria a reprodução. Bezerra e Veloso explicam a visão do autor:

Segundo o autor, no seio da família sempre existiu uma divisão do trabalho, em que, nos primórdios, os homens eram responsáveis pela procura de alimentos e de instrumentos que a facilitassem; desde então, passaram a ser considerados proprietários destes. Com o desenvolvimento da sociedade, os homens continuaram proprietários do gado e dos escravos; contudo, seus filhos não tinham o direito a receber sua herança em decorrência do chamado “direito materno”, que estabelecia a descendência apenas pela linhagem feminina. O direito materno foi instituído para garantir que a fortuna se mantivesse na gens e estabelecia que a herança permaneceria com os parentes consanguíneos da mãe. Mas, à medida que as riquezas aumentavam, e enquanto em vida era o homem o proprietário, este passou a gozar de maior status na família, o que fez surgir nele a ambição de poder

reverter as riquezas acumuladas aos seus filhos. Foi assim que, segundo Engels, o direito materno foi questionado e abolido sem grandes dificuldades, já que a alteração foi feita para os futuros descendentes masculino. A partir de então, estabeleceram-se a “filiação masculina” e o “direito hereditário paterno”, o que se deu no período pré-histórico”. (BEZERRA e VELOSO, 2015, p. 35)

Então, Engels explica que a desigualdade de gênero já começa na distribuição da herança para os filhos, pois somente os homens são privilegiados. É importante ressaltar que a desigualdade de trabalho também acontece na esfera reprodutiva, na família. A partir do momento em que somente a mulher é a responsável pelos afazeres domésticos.

A luta feminina é muito importante para a superação da desigualdade sexual do trabalho nos espaços produtivos e reprodutivos, porém para além disso, que rompa com a sociedade patriarcal, acabe com a lógica hegemônica, para que homens e mulheres sejam responsáveis pelos cuidados domésticos e não mais somente uma responsabilidade da mulher.

3.2 Gênero e patriarcado

Gênero é uma categoria que “designa o conjunto de fenômenos que expressam um padrão específico de relações existentes entre mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens”. (Souza, 2014, p. 19) Ou seja, gênero não está presente somente na relação homem e mulher, mas como também nas relações mulher e mulher, homem e homem. É considerado categoria, com base no pensamento de Veloso, pois expressa o modo de ser da sociedade ou do ser social. Souza explica o pensamento de Veloso sobre a categoria gênero:

Veloso (2003, p. 53) entende o gênero como um fenômeno histórico e social, em ampla articulação com o desenvolvimento e reprodução da sociedade, devendo ser tomado como uma categoria, pois expressa modos de ser, ou seja, expressa o padrão de organização de determinada sociedade, ou do ser social. Sendo assim, conclui que as relações de gênero são parte da estrutura e da organização da sociedade, tendo consequências mediatas e imediatas para a reprodução do ser social, o que significa reconhecer o gênero como um elemento fundante da vida social, participando da totalidade social, sendo utilizado para a naturalização de determinados fenômenos sociais como a violência contra mulher, e acrescentaríamos, para a justificação da própria hierarquia de gênero. (SOUZA, 2011, p. 21)

Patriarcado e divisão sexual do trabalho são indissociáveis. Uma sociedade patriarcal é aquela em que há hierarquia nas relações sociais entre homens e mulheres, em que o homem é considerado superior e a mulher inferior. O patriarcado se funda na divisão sexual do trabalho e é favorável para que a opressão contra a mulher se mantenha. De acordo com Souza:

O patriarcado é um sistema de dominação/opressão, em que os homens (patriarcas) são considerados superiores e as mulheres inferiores ou um conjunto de relações sociais que tem uma base material, em que há, entre os homens, relações hierárquicas e solidárias, que permitem controlar as mulheres (HARTMANN, 1980) O patriarcado se funda na divisão sexual do trabalho e na submissão do patrimônio – mulher e filhos/as – ao patriarca – o homem – cuja relação, na atualidade, tem o significado de uma relação de amor. [...] A família, locus de atuação do patriarcado, e o mercado, locus de atuação do capital, têm caráter dominador, visto que as relações, entre patrimônio e patriarca entre trabalhador/a e capitalista, são relações de poder, nem democráticas nem de autoridade. (SOUZA, 2006, p. 98)

O patriarcado existe antes mesmo do capitalismo, mas pode se manter além dele. Se constituiu junto com as sociedades de classes, e é no capitalismo que possui algumas formas que são exclusivas desse sistema. A constituição do patriarcado depende da época, diferenças culturais, históricas e de classes, ou seja, ele possui várias faces na história. Porém há lutas feministas que combatem essa forma de opressão contra a mulher.

A divisão sexual do trabalho existia nas sociedades pré-industriais, porém não tinha a separação geográfica entre homens e mulheres, referente ao local do trabalho. Não existia a separação entre funções familiares e trabalho. “As mulheres camponesas exerciam suas múltiplas funções, trabalhavam na fazenda, na cozinha, criavam os/as filhos/as; nos povoados conduziam o comércio de seus maridos, artesões e pequenos lojistas” (SOUZA, 2006, p. 101). O período que ocorre após a industrialização, possuiu exigências econômicas, que provocaram uma revolução, na qual ocorream mudanças para as mulheres trabalhadoras.

As indústrias domésticas e domiciliares que eram voltadas para as confecções de mercadorias aumentaram. As mudanças econômicas que aconteceram atingiram alguns espaços da vida societal. Não demorou muito para que as indústrias domésticas passassem a contribuir para que a diferença entre trabalho considerado feminino e trabalho considerado masculino surgisse. Essas transformações no trabalho trouxeram alterações na estrutura familiar, por exemplo no casamento, como era decidido, até mesmo a quantidade de filhos/as que cada casal poderia ter. “E essa dependência pessoal não tarda a mudar de forma, a criar novas clivagens nas relações patriarcas estabelecidas entre homens e mulheres”. (SOUZA, 2006, p. 102)

Nesse momento da história, a vida das pessoas era baseada na terra. Então com a vinda da indústria doméstica, a dependência da terra passou a diminuir. Antes a construção da família dependia do tamanho da terra que a família possuía, pois esta tinha a terra como forma para sua subsistência, ou seja, existia uma alta dependência da terra, chegava ao ponto de interferir na constituição da família. Com a indústria capitalista esta forma baseada na terra acaba mudando. Começa a surgir novas formas de relações pessoais e novas relações econômicas, essas mudanças trouxeram transformações para as mulheres. E a família camponesa passa a ser a família nuclear, isto mostra as transformações que o capitalismo trouxe para a sociedade. De acordo com Souza:

Mas a característica marcante do modo de produção capitalista, que nesse período conhece um grande impulso, é a de revolucionar constantemente os meios de produção como condição para existir, o que significa que, em breve, essa forma de organização da indústria se torna insuficiente para atender à procura que cresce junto com os novos mercados e as indústrias domésticas, que acabaram sendo suplantadas. Com o avanço do capitalismo se apóia, fortemente, na hierarquia patriarcal, também aqui as funções da reprodução eram tarefas da mulher, mesmo que ainda não o fossem da forma privada como serão posteriormente, na família nuclear burguesa. (SOUZA, 2006, p. 104)

O capitalismo procura formas para se manter, quando a indústria doméstica, passa a não ser interessante para este sistema, ela deixa de ser manufatura familiar e passa a ter um caráter de trabalho feito pelas mulheres. Então as mulheres ficavam na casa, sendo responsáveis pela indústria doméstica e pelos cuidados dos/as seus/as filhos/as, enquanto que os homens saíam de suas casas para trabalhar em outro local.

É nítido de como o capitalismo aproveita da existência do patriarcado para se expandir. Se não existisse o patriarcado, o casal teria que pensar em quem ficaria em casa e quem iria trabalhar fora, além disso quem seria responsável pela produção e reprodução. Na sociedade patriarcal não tem essa opção de pensar em quem será responsável por algo, já está legitimado que a mulher é responsável pela reprodução.

A partir do momento em que a indústria começa a interferir na família e no trabalho, no que diz respeito a saída dos homens de suas casas para trabalharem nas fábricas, com a ilusão de que aquele trabalho assalariado sustentaria a família, cria-se uma nova relação de dependência econômica. Se antes a família dependia da terra, nessa nova forma de dependência, as mulheres e crianças passam a depender do homem. Mesmo as mulheres e crianças indo trabalhar nas fábricas, o maior salário era o do homem. Isto mostra como o patriarcado é importante para que o capitalismo de mantenha. Pois o patriarcado naturaliza essa desigualdade de gênero, homem pode ganhar mais que a mulher, então o capitalismo se apropria disso para que o salário das mulheres seja bem inferior aos dos homens, assim pode-se extrair a mais-valia, com justificativa de que o salário dos homens deve ser maior, pois este é o principal para a manutenção econômica da casa.

Mesmo a industrialização se expandindo, no início do século XIX, tiveram alguns avanços para as mulheres, porém perderam alguns direitos conseguidos anteriormente, principalmente relacionados aos direitos políticos e sexuais. Antes da industrialização, algumas mulheres eram responsáveis pelos cuidados de suas propriedades e empresas, isso era normal na época. Porém no século XIX as mulheres deixam de ser as responsáveis, pois há o discurso de que era um papel do homem. Então cria-se um preconceito com as mulheres, somente as mulheres consideradas pobres podiam trabalhar, as casadas ficavam cuidando da casa.

Conforme as transformações estruturais e tecnológicas iam acontecendo no final do século XIX, começam a surgir novas formas de trabalho para as mulheres, principalmente em lojas, escritórios e no magistério infantil. Com as novas tecnologias

surgindo, precisava de força de trabalho especializada, por isso o investimento na educação, para formar pessoas em que se especializassem e pudessem trabalhar. Este investimento na educação começa pela educação infantil, por isso o capitalismo começa a ter interesse no trabalho das mulheres. Estas já estavam acostumadas a cuidar de seus/as filhos/as em casa, então não precisava especializar as mulheres nesta área do magistério, não se via a necessidade de investir na formação de educadores.

Apesar de acontecerem essas mudanças e novos espaços para as mulheres se inserirem, a educação formal era direcionada às mulheres de classe média. Mesmo assim, com essas novas oportunidades o trabalho da mulher, começou a ter outro olhar, não mais visto com preconceito. Além disso, as mulheres começam a se organizar e fazer reivindicações. De acordo com Souza:

Entretanto, a participação das mulheres, no mundo do trabalho assalariado, cria, como um todo, novas perspectivas para elas, modificando-se a forma como o trabalho é visto socialmente – de condenável para louvável – e, travando relações com outros/as, as mulheres entram em contato com novos costumes e novas necessidades emergem. Essa nova realidade social, na qual as mulheres estão inseridas, acaba gerando trocas sociais e que propicia o surgimento de reivindicações e lutas pela sua emancipação, mesmo que essas lutas, inicialmente, abranjam, apenas, o universo de mulheres de camadas médias já que a essas coube ocupar os postos de trabalhos citados. (SOUZA, 2006, p. 109)

As mulheres reivindicavam a emancipação da mulher, lutavam pelo direito de votar, inclusive os partidos operários e socialistas apoiavam essa luta, eram nestes partidos que as mulheres conseguiam exercer a sua vida pública. “O que não significa que essa participação se desse fora e ao largo do sexismo patriarcal vigente socialmente, inclusive no interior dos partidos revolucionários.” (SOUZA, 2006, p. 110) Vale ressaltar que os movimentos organizados pelas mulheres chegavam apenas nas mulheres de classe média, não alcançava as mulheres de outras classes, pois as mulheres da classe operária e setores mais pobres viviam em condições muito difíceis.

O patriarcado também interfere na educação dentro da família. Os pais são os principais responsáveis pela educação dos/as filhos/as, então estes/as recebem os valores transmitidos pelos pais. De acordo com Souza:

[...] No capitalismo, os pais (e nas sociedades patriarcais, nas quais se inserem, especialmente, as mães, as mulheres, nesse século XXI) são os primeiros e principais agentes da educação e transmitem, desde o nascimento da criança, uma noção ideologizada da própria família, que revela a família como algo natural, universal e imutável. A criança por depender afetiva e fisicamente dos pais e por ainda não ter construído mecanismo de reflexão, inserida que ainda está no mundo da

emoção, recebe as noções de mundo que lhe são inculcadas como se fossem as únicas, portanto verdadeiras. (SOUZA, 2006, p. 139)

Souza (2006) explica sobre como se dá a educação de gênero dentro da família que está inserida nas sociedades patriarcais. Nesta sociedade quem assume o papel de educar os/as filhos/as é a mulher.

A educação de gênero começa dentro da família, e obviamente, também é passada na escola. Antes mesmo da criança nascer, já são feitos planos para inserir esta pessoa na sociedade. Então, como se trata de uma sociedade patriarcal, esta criança é educada de acordo com o seu sexo. Por exemplo, meninos são educados para serem os mais fortes e as meninas são educadas para serem meigas, delicadas, “femininas”. Outro exemplo é referente a escolha dos brinquedos, os meninos geralmente ganham carros, bonecos super heróis, as meninas ganham bonecas, joguinho de panelas, ou seja, desde pequenas as meninas são educadas para se dedicarem a família, cuidar das crianças. Então:

Uma das estratégias mais utilizadas pela sociedade capitalista patriarcal na constituição do gênero é a divisão entre os mecanismos psicológicos, sendo que a função psicológica de atividade tem sido superestimada nas mulheres e a racionalidade superestimada nos homens. (SOUZA, 2006, p. 141)

Mesmo a forma de família dominante ser a família nuclear patriarcal, composta por mãe, pai e filhos/as, novas formas de organizar a vida afetivo-reprodutiva-sexual tem surgido. A entrada massiva de mulheres no mundo do trabalho tem feito com que o Estado e o mercado tenham funções que antes eram demandadas para a família, como por exemplo o homem trabalhava fora e a mulher ficava em casa cuidando dos/as filhos/as, atualmente existem creches para que as crianças fiquem sob cuidado de profissionais enquanto que os responsáveis trabalham fora de casa.

Apesar de ter conseguido várias conquistas através de organizações e movimentos, ainda há uma grande luta feminista contra o patriarcado, contra a opressão sob as mulheres, contra a divisão sexual desigual do trabalho. O movimento feminista busca a igualdade de gênero, para que tanto homens quanto mulheres possuam direitos iguais, no âmbito do trabalho, político, social e econômico.

3.3 As lutas das mulheres: um enfoque no feminismo

A inserção das mulheres no mundo do trabalho vem crescendo a partir dos anos 1970, porém em sua maioria são empregos considerados precários, em que a exploração é acentuada, como é o caso das operadoras de telemarketing. As consequências da flexibilização do trabalho, causadas pela Reestruturação Produtiva, tem prejudicado a classe trabalhadora, mas em especial as mulheres trabalhadoras.

Emprego e trabalho das mulheres remunerado aumentaram, porém, as tarefas domésticas continuaram somente papel da mulher, ou seja, mesmo a mulher trabalhando fora de casa, estando no trabalho produtivo, ela é ainda responsável pelo trabalho reprodutivo, e o homem continua sendo considerado o provedor, mesmo em situação, que as pesquisas explicitam, nas quais as mulheres recebem salários iguais ou mesmo superiores aos homens. Isso mostra que ainda continua a divisão sexual desigual do trabalho e o quanto a sociedade é patriarcal. De acordo com Nogueira:

Portanto, historicamente as mulheres sempre tiveram em situação de desigualdade. As relações sociais capitalistas legitimam uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação. [...] Assim, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico fica sob responsabilidade das mulheres, independentemente de elas terem ou não emprego no mercado de trabalho. Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera reprodutiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção. (NOGUEIRA, 2007, p. 10)

Este novo estágio de acumulação capitalista, o neoliberalismo, resgata as velhas formas de dominação do capital. A pobreza absoluta e o crescimento do nível de desemprego são resultado do crescimento da concentração e centralização de riquezas nos países centrais e o investimento no setor produtivo junto com o setor financeiro, isto gera o aumento de investimentos improdutivo.

O aumento de mulheres na classe trabalhadora se dá sem rompimento significativo no seu papel de gênero. A reprodução social continua como tarefa das mulheres, cuidado com filhos/filhas e marido. Todo isso compunha um quadro que faz com que algumas formas de trabalho hoje (2016) traga os elementos da precarização.

Na década de 1970 houve muita luta para a emancipação da mulher, questionava-se os aspectos que colaboravam para a oferta de trabalho precarizado para as mulheres no capitalismo. A mulher trabalhadora aumentou a sua participação nas lutas de classe, na organização política e sindical.

A luta das mulheres ia contra o discurso conservador que era a favor da mulher ser mãe e esposa e não mulher trabalhadora, esse discurso fortalecia a família patriarcal. Lutava-se pelo fim das várias formas de opressão à mulher. Reivindicavam pela independência econômica e social. Também tinham como reivindicação a igualdade de direito no trabalho, como salários iguais para as mesmas funções que eram realizadas por homens, por exemplo, se o homem realizava a função de empacotador da fábrica e ganhava X, a mulher empacotadora também teria que ganhar X e não um salário inferior, como era feito.

Importante destacar também que a luta feminista reivindicava uma divisão sexual justa em reação as atividades domésticas na reprodução, que era apenas responsabilidade da mulher. As trabalhadoras tinham dupla jornada, pois tinham seu trabalho na produção e ainda tinham que trabalhar sem remuneração na reprodução.

Faz-se necessário falar um pouco sobre a história da luta feminista no Brasil, para ter um maior entendimento sobre o que foi essa luta e a diferença entre movimento feminista e movimento da mulher.

A autora Cisne faz uma breve explicação sobre o que é movimento feminista e movimento de mulheres:

A princípio podemos dizer que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, ainda que tenham alguns grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do Movimento. Toda via, nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista. Há, por exemplo, movimento de mulheres contra o direito ao aborto. A diferenciação, contudo, em termos mais teóricos e históricos, reside no conteúdo de suas reivindicações. Por muito tempo definiu-se como movimento de mulheres aqueles que lutavam por demandas sociais para a melhoria das condições de vida e de trabalho femininas. Por movimento feminista definia-se àqueles que lutavam contra a opressão e pela liberdade das mulheres, pautando questões como sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos. (CISNE, 2014, p. 129)

O movimento feminista e movimento de mulheres foram confundidos. Esses movimentos de encontram para que se tenha clareza do que cada um defende. Mesmo que haja bandeiras diferentes, Cisne deixa claro, “contudo, de que uma maneira geral, podemos dizer que ambos constroem a mesma história: a luta das mulheres” (CISNE, 2014). Assim reivindicações feministas foram incorporadas no movimento de mulheres e vice-versa.

O movimento feminista surge a partir de quando mulheres tiveram a consciência de que eram oprimidas, pois eram as mulheres que trabalhavam mais tanto na produção quanto na reprodução, porém nesse segundo era um trabalho desvalorizado. Em que

era naturalizado, pois tinha-se o pensamento que era o dever somente da mulher realizar esse tipo de trabalho. Segundo Josette Trat:

O que permite principalmente caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa. Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome de igualdade, ora em nome das suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também À “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade. (JOSETTE TRAT, 2009, p. 151 apud CISNE, 204, p. 130)

A partir desta afirmação de Trat, faremos uma breve explicação da trajetória do movimento feminista.

No início da Revolução Francesa, no século XVIII, mulheres ensaiavam uma forma de se organizar e passaram a lutar por direitos, que passavam da esfera reprodutiva. Na segunda metade do século XIX, a partir as expressões da “questão social”, vale ressaltar que essas expressões colaboravam para que houvesse mais opressão das mulheres, porém com a consciência de algumas mulheres, começou a ter de fato uma organização e mobilização de lutas feministas, reivindicavam o direito ao voto e que pudessem ser votadas. Nessa mesma época, devido a essa mobilização, surge o movimento sufragista⁹.

No Brasil o movimento sufragista se manifesta a partir do século XIX, porém é na década de 1920 que ele se acentua e nesta mesma década o feminismo se expande a nível nacional. Cisne fala que existiram três vertentes do movimento feminista. A primeira é considerada a mais forte e mais organizada, tinha como líder a Bertha Lutz, “composta por mulheres cultas e da elite brasileiras, muitas, inclusive, tendo estudado no exterior, onde sofrem influência do movimento sufragista que ganhava visibilidade nos países centrais”. (CISNE, 2014, p. 133). Porém era uma vertente que não reconhecia a desigualdade entre homens e mulheres, em relação aos privilégios que os homens tinham, ou seja, reivindicavam os direitos políticos da mulher, porém não contestava o sistema capitalista e o patriarcado, que acentuavam a opressão e exploração da mulher. A segunda vertente era composta por mulheres cultas, com

⁹ Movimento social que lutava para que a mulher tivesse direito político na sociedade.

vidas públicas, muitas eram jornalistas e escritoras. Esta defendia “o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público”. (CISNE, 2014, p. 133). E ainda tocavam numa polêmica da época que era sobre sexualidade e divórcio. A terceira vertente esteve presente no movimento anarquista, posteriormente no Partido Comunista. Era composta por mulheres intelectuais, trabalhadoras e militantes de esquerda, reivindicavam a libertação da mulher de modo radical. Também lutavam contra a exploração do trabalho, e as mulheres tinham grande participação nas greves operárias e nas manifestações.

O feminismo ao identificar a dominação dos homens sobre as mulheres, e que os a desigualdade de gênero acentua a opressão e exploração sobre as mulheres, esse movimento passa a ir contra o patriarcado e o capitalismo, conseqüentemente confronta-se com a burguesia. A princípio o feminismo no Brasil obteve poucas conquistas, um dos direitos conquistados foi o direito ao voto.

Mesmo com a ditadura em 1964 o movimento feminista ainda tentou lutar contra esse regime militar, porém muitas mulheres sofreram torturas, vale ressaltar que muitas foram brutalmente torturadas, e foram exiladas, Cisne explica:

A partir de 1964, com a ditadura engendrada pela autocracia burguesa, até a década de 1970, as feministas passam a integrar a luta contra a ditadura, sendo fortes protagonistas do movimento pela anistia e sua grande maioria identificada com o campo da esquerda brasileira. Muitas mulheres, inclusive, foram presas políticas e barbaramente torturadas, sofrendo, dentre outras formas de tortura, a sexual. (Cisne, 2014, p. 135)

O período da ditadura fez com que os movimentos sociais não se expandissem e não acontecesse nenhuma forma de manifestação política no país.

As feministas exiladas para Paris, acabam se encontrando nesta cidade. Mandavam informações para o Brasil, se comunicavam com outros grupos feministas, procuravam aumentar o número de pessoas participando do movimento, organizavam comissões e assembleias.

Na década de 1970 o movimento feminista reconheceu que a igualdade de gênero não seria alcançada numa sociedade patriarcal. Passa a ter o pensamento de que não pode existir um movimento feminista com a participação de homens, pois “o feminismo passa a negar o direito dos homens em falar em nome das mulheres” (CISNE, 2014, p. 138) sendo assim, “a constituição da concepção do feminismo como um movimento de auto-organização das mulheres”. (CISNE, 2004, p. 138)

Neste período não reivindicam somente seus direitos sociais, mas também a descoberta dos seus corpos, ou seja, é mais um motivo para se mobilizarem para terem o direito de intervir no seu destino, de decidir a sua vida. Surge então a luta pelo direito a autonomia e sobre o poder pelo próprio corpo e sobre a sua sexualidade.

Nos anos 1980 o feminismo de torna mais institucionalizado, principalmente, por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, e também em cargos em que as mulheres eram eleitas. Também neste período há o feminismo acadêmico, em que surgem pesquisas na área da saúde e violência contra mulher.

Mirla afirma:

Os anos 1980 anunciavam as bases do processo de institucionalização do feminismo. Ao recrutar mulheres para o Estado, muitas feministas acabaram se comprometendo com diferentes governos e perdendo sua autonomia. Em que pese os setores de mulheres feministas que se opunham fortemente à institucionalização, o feminismo passa a vivenciar uma encruzilhada nos anos 1980, trazida por essa institucionalização. (Cisne, 2014, p. 140)

Na década de 1990 a institucionalização do feminismo alcança seu auge, Cisne chama este fenômeno de “onguização”:

As organizações não governamentais (ONGS) se espraiam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres. (Cisne, 2014, p. 141)

Essa “onguização” prejudica o movimento feminista, pois muitas ONGs feministas recebem investimentos do governo e de fundações e organismos internacionais, assim perdem a sua autonomia, pois passa a existir uma reação de dependência e subordinação dessas ONGs.

Essas transformações no feminismo aconteceram devido interferências feitas nos movimentos sociais pelo projeto neoliberal, que também tinha como principal objetivo fragilizar e fragmentar os movimentos sociais. “Esse processo encontrou na organização dos movimentos sociais, da qual o feminismo foi um movimento emblemático, um significativo caminho para sua consolidação”. (Cisne, 2014, p. 142)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o levantamento teórico feito para fazer um estudo acerca do tema divisão sexual do trabalho, com enfoque nas mulheres da classe trabalhadora que é super explorada, pode se concluir que a mulher ainda tem muita luta pela frente. E que a classe trabalhadora composta por homens e mulheres tem que se reconhecer como um coletivo, para que assim todos/as possam lutar contra o sistema que rege na sociedade.

A opressão de gênero é histórica e o capitalismo se aproveita para obter mais lucros por meio desta opressão. Criando empregos precarizados, atrativos para a as mulheres da classe trabalhadora, como é o caso do telemarketing. Muitas mulheres acabam optando por esse emprego, pois são responsáveis pelo trabalho produtivo e reprodutivo. Embora a luta feminista tenha conseguido várias conquistas, ainda há muito o que desconstruir, como o machismo e o patriarcado, que ainda se encontram na sociedade, e ainda influenciam na relação de gênero. Devido a isso, o movimento feminista tem uma grande importância na história da sociedade. E ainda continuam lutando pela igualdade de gênero, emancipação da mulher, contra a opressão de gênero, machismo e patriarcado.

É nítido como o capitalismo é perverso, pois conseguiu transformar o/a trabalhador/a numa mercadoria. Este precisa vender a sua força de trabalho, para que assim, tenha como pagar o mínimo para a sua subsistência. Então o/a trabalhador/a explorado/a produz e o capital extrai a mais-valia. Acaba se alienando, as relações tornam-se relações entre coisas.

A Reestruturação Produtiva foi um retrocesso em relação a classe trabalhadora. Direitos foram negados, trabalhos precarizados, começa uma massiva terceirização, o único beneficiário foi o capital. O Estado que deveria garantir os direitos das classes subalternas, acaba se omitindo e transferindo seus deveres para o terceiro setor. Políticas sociais são criadas direcionadas para as classes subalternas, como forma de benefícios.

Enquanto houver a relação capital e trabalho, haverá a desigualdade, haverá luta de classes. Numa sociedade que adota o sistema capitalista como forma de reger a sua economia, terá sempre a “questão social”. Capitalismo e “questão social” são indissociáveis.

Para o capitalismo é interessante ter a existência do patriarcado, assim podem naturalizar a exploração da mulher trabalhadora e opressão de gênero, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva. Criando empregos precarizados e de baixa remuneração, como é o caso do setor de telemarketing. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho é desigual, favorecendo somente o homem. De acordo com Nogueira:

Muitas das profissões contemporâneas foram criadas pelo capitalismo e são tratadas como ocupações subordinadas, pela baixa qualificação exigida, pelos baixos salários, pelas jornadas parciais e por sua feminização. Em resumo, a divisão sexual do trabalho, realmente não contempla nenhuma neutralidade. (NOGUEIRA, 2011, p. 180)

Para além, a mulher sendo responsável pelo cuidado das crianças, está formando novos/as trabalhadores/as para entrar no mercado de trabalho e que possam vender a sua força de trabalho para o capital. (NOGUEIRA, 2011)

É imprescindível destacar a importância da consciência de classe, para que assim tenha uma luta coletiva, e não lutas fragmentadas, cada categoria lutando pelos seus ideais. “Lutar por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo”. (NOGUEIRA, 2011). Assim como, lutar contra opressão de gênero, patriarcado, machismo, superar a relação capital e trabalho, também é lutar contra o capitalismo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ednéia O. **O atual estágio de acumulação capitalista**: destruição criativa ou criação destrutiva? In Revista Quadrimestral de Serviço Social, Ano XXVI, n. 82, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. Cortez, São Paulo, 2015. p. 31 - 76
- ANTUNES, Ricardo. **Dialética do trabalho**: Escritos de Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13 – 29.
- BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. 9 ed, Cortez, São Paulo, 2011, p. 51 –62.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elisabete [et.al.], (orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4 ed. Editora Cortez, São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 11 – 39.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1ed. São Paulo, Cortez, 2014, p. 21 – 142.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2. ed. Outras Expressões, São Paulo, 2015, p. 85 – 145.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre a cidadania e a modernidade**. In Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005.
- GAMA, Andréa Sousa. **Trabalho, família e gênero**: impactos dos direitos do trabalho da educação infantil. 1 ed. São Paulo, Cortez, 2014, p. 29 – 59.
- GARCIA, Francisco Montero. **Gênero e a constituição do ser social**. [Tese de doutorado]. Programa de Ciências Sociais da PUC/ SP. São Paulo, 2000, p 154 – 239.
- GOMEZ, Carlos Minayo e LACAZ, Francisco Antonio. **Saúde do trabalhador**: novas-velhas questões. Revista Ciência e Saúde Coletiva, vol. 10, n. 004, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, p. 797-807, 2005.
- GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social**: trabalho e sociabilidade. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.
- Jus, sobre a evolução do Estado. Do Estado absolutista ao Estado democrático de direito. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18831/sobre-a-evolucao-do-estado>> Acessado em 25 de abril de 2016
- LACAZ, Francisco Antonio. **O campo Saúde do Trabalhador**: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2007. p. 757 – 766.
- LAURELL, Asa Cristina. **A saúde-doença como processo social**. Revista Latinoamericana de Salud, Trad. ed. Nunes, México, 1982. p. 7-25

LESSA, Sérgio. **O processo de produção/ reprodução social**: trabalho e sociabilidade, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 110, 2012. p. 270 – 287.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. Editora Cortez, São Paulo, 2011. p. 17 - 120

NETTO, José Paulo, **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011. p. 19 – 34.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6 ed. Cortez, São Paulo, 2010. p. 29 – 51, 98 – 103, 214 – 229.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **As trabalhadoras do telemarketing no Brasil**: Uma nova divisão sexual do trabalho? XXVI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia. Associação Latinoamericana de Sociologia, Guadalajara, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 19 – 49 e 179 – 195.

Portal do Trabalho e Emprego, Norma Regulamentadora N° 17 Anexo II -Trabalho em Teleatendimento / Telemarketing. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEFBDACD94B74/nr_17_anexo2.pdf> Acessado em 4 de julho de 2015.

Repórter Brasil, Teles e bancos superexploram operadores de telemarketing, aponta fiscalização. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/12/teles-e-bancos-superexploram-operadores-de-telemarketing-aponta-fiscalizacao/>> Acessado em 4 de julho de 2015.

Repórter Brasil, Para o MTE, teles e bancos são os responsáveis por precarização no telemarketing. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/12/para-o-ministerio-do-trabalho-teles-e-bancos-sao-as-reais-empregadoras/>> Acessado em 7 de julho de 2015.

Repórter Brasil, ‘Pelo amor de Deus, não vá ao banheiro’. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2014/12/pelo-amor-de-deus-nao-va-ao-banheiro/>>Acessado em 7 de julho de 2015.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. Cortez. São Paulo, 2012. p. 45 – 46.

SOARES, José de Lima. **Ensaio de sociologia do trabalho**: Reestruturação Produtiva, Sindicalismo e Mudanças no Mundo do Trabalho no Século XXI. Ciência Moderna Ltda. Rio de Janeiro, 2011. p. 1 – 44.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. Expressão Popular. São Paulo, 2013. p. 11 – 27 e 53 – 61.

Sinratel, Anexo II da NR 17 é uma grande conquista do Sinratel para a categoria. Disponível em:<<http://www.sinratel.org.br/site/index.php/noticias/institucional/528-anexo-ii-da-nr-17>> Acessado em 7 de julho de 2015.

SOUZA, Vanessa B. de e VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. 1 ed. Saraiva. São Paulo, 2015. Cap. 1, 2 e 4.

SOUZA, Vanessa B. Gênero, marxismo e Serviço Social. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, janeiro - junho, p. 13 – 31, 2014.

SOUZA, Terezinha M.S. **Agora Sou Uma Estrela**, Uma análise da cota de 30% de mulheres em cargos de direção no partido dos trabalhadores. PUC, São Paulo, 2000. p. 24 – 46.

SOUZA, Terezinha M. S. **Emoções e Capital: As mulheres no novo padrão de acumulação capitalista**. [Tese de Doutorado]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; 2006. p. 100 – 117.

VELOZO, Renato; BEZERRA, Vanessa. Gênero e sociedade: uma breve introdução à dimensão de gênero nas relações sociais. **Teoria e Sociedade**, UFMG, Minas Gerais, n. 12.1, janeiro – junho, 2004. p. 106 – 125.

VENCO, Selma B. **Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 31 (114), 2006. p. 7-18.

VENCO, Selma B. Resenha sobre o livro “O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução – um estudo das trabalhadoras no telemarketing”. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 31 (114), 2006. p. 173 -175.